

Economia e Socialismo

Revista Mensal de Economia Política

ANO IV / N.º 45 / DEZEMBRO, 1979 / 50\$00

F.M.I.: das intenções aos resultados

António Rodrigues

Angola: a sociedade tradicional (1969-73)

Alves da Rocha, Nelson Lourenço
e Armando Morais Guerra

Salários e lucros na divisão internacional do trabalho

Ladislau Dowbor

A reconversão da indústria têxtil (III)

João Amorim

Administração Pública Portuguesa — A transição necessária

Ivo Pinho

Economia e Socialismo

SUMÁRIO

EDITORIAL

A situação da economia portuguesa e os resultados da «carta de intenções» — Pág. 3

António Rodrigues

Salários e lucros na divisão internacional do trabalho — Pág. 15

Ladislau Dowbor

O «sistema tradicional» na formação económica e social angolana (1969-73) — Pág. 29

**Alves da Rocha,
Nelson Lourenço e Armando Morais Guerra**

A reconversão da têxtil (III) — Pág. 51

João Amorim

Actualidade Crítica:

— Administração Pública Portuguesa — A transição necessária — Pág. 61

ASSINATURAS:

— Continente e Ilhas Adjacentes	{ Anual	450\$00 (11 n.ºs)
	{ Semestral	260\$00 (6 n.ºs)

Via Aérea

— Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Timor, Brasil	US \$20 (11 n.ºs)
— Europa	US \$20 (11 n.ºs)
— Outros Países	US \$22 (11 n.ºs)

Enviar pedidos de assinatura e outra correspondência para o apartado 3186 — 1304 Lisboa Codex.

O pagamento de assinaturas pode ser feito por cheque ou vale do correio.

Preço deste número — 50\$00

O «sistema tradicional» na formação económica e social angolana (1969-73)*

*Alves da Rocha, Nelson Lourenço
e Armando Morais Guerra*

A análise das classes sociais em qualquer sociedade é uma tarefa, por natureza, complexa. Esta complexidade redobra-se quando se tem por objecto uma formação económico-social como a de Angola cuja estrutura — em razão da justaposição de dois grupos humanos económica, étnica e culturalmente distintos — multiplica indefinidamente as dificuldades de uma análise que se não quer linear e monolítica. Os padrões classistas das sociedades europeias não são capazes de esgotar a estruturação de classes em sociedades coloniais. Daí a necessidade sentida de se preceder o estudo da estrutura de classes de Angola da análise dos dois sistemas económico-sociais presentes na formação angolana: o capitalista e o tradicional⁽¹⁾. É este último que abordamos no presente artigo.

Numa primeira abordagem, podemos afirmar que uma faixa de indivíduos (negro-africanos-colonizados) persiste vivendo segundo um modo de produção de subsistência e segundo valores culturais africanos ao lado de um outro conjunto de indivíduos (brancos-colonizadores) vivendo segundo um modo de produção capitalista e valores culturais

* Este trabalho deve ser lido tendo como referência o nosso anterior artigo «Angola nas vésperas da independência — 1969/1973», publicado em *Economia e Socialismo*, de Março, Abril e Maio de 1979.

(1) A despeito da ausência de estudos científicos caracterizadores do modo de produção «tradicional» africano utilizaremos a expressão «sistema tradicional» para designar as formações pré-capitalistas — com afloramentos pré-feudais — nas quais se insere a esmagadora maioria da população negro-africana de Angola.

Europeus, ao mesmo tempo que mercê da interacção destes sistemas económicos e nomeadamente dos fenómenos da aculturação e da miscegenação étnica se podem descortinar faixas de transição integradas por indivíduos que a despeito de viverem predominantemente segundo um sistema (mormente o capitalista) não abandonaram, em absoluto, valores culturais que em primeiro pertencem a outro sistema, ou geradas pelo fenómeno da migração flutuante dos trabalhadores africanos forçados a deslocarem-se por tempos determinados da sua região de origem para outras com regresso subsequente a esta.

As dificuldades de análise geradas por esta justaposição fundamental agravam-se ainda mais em razão de o todo humano negro-africano integrar uma diversidade de grupos tribais ou gentílicos, outrora organizados em reinos independentes entre si e vivendo segundo sistemas económicos em boa medida diferenciáveis: ao Norte e Centro, povos essencialmente agrícolas, ao Sul, os povos pastoris da Huila e Kuanhama e, no Sudoeste, os povos nómadas vivendo da recollecção; do ponto de vista cultural as tribos do Norte e Centro-Sul integram-se predominantemente na vasta cultura Bantu ao passo que os povos nómadas do Sudoeste (v. g. os Bochimanés) se integram numa área cultural designada por KOISAN. Estas características persistiram até aos nossos dias a despeito da dominação colonial.

1. Nas condições concretas do colonialismo em Angola o «sistema tradicional» sofreu transformações interiores cujos reflexos são visíveis quer na análise quantitativa quer na análise linguístico-cultural.

O caminho escolhido para a tentativa de compreensão das mutações que se foram operando nos elementos caracterizadores do «sistema tradicional» baseou-se, fundamentalmente, no estudo daquelas duas perspectivas.

A investigação levada a efeito tendo como base a análise linguística conduziu à identificação e isolamento de determinadas expressões tradicionais cujo significado faz supor estarmos em presença de afloramentos de formas de propriedade e de relações de produção de características essencialmente diferentes das que vigoram em períodos remotos da época colonial ou mesmo na fase pré-colonial. A transplantação e o enquistamento dum sistema económico diferente do existente, naturalmente que surtiu determinados efeitos sobre a sociedade tradicional angolana, com óbvias consequências sobre o que poderia ter sido o seu devir histórico natural.

O conhecimento empírico da realidade angolana e a comparação com outros processos históricos de desenvolvimento permite avançar, como hipótese, que a evolução para fases diferentes de organização social e económica terá sido desvirtuado. Nuns casos, acelerando o aparecimento de fenómenos característicos de outras fases, noutros, retardando o aflorar de fórmulas mais avançadas de regulamentação económica e vivência social.

Uma investigação aturada talvez permitisse descortinar o sentido exacto do movimento ou, pelo menos, concluir sob que aspectos essenciais ele foi mais evidente. A carência de matéria-prima é sempre um problema da investigação que se pretende minimamente fundamentada. E infelizmente o presente artigo não constitui excepção.

Tendo em conta o explanado anteriormente tentou-se descortinar até que ponto as pistas fornecidas pela análise linguística poderiam ser, minimamente que fosse, confirmadas pela análise das informações estatísticas de base sobre o chamado sector agrícola «tradicional» de Angola. No caso afirmativo, teríamos a garantia de que realmente algo se passava, pois a coincidência por acaso não parece que possa colher.

É o resultado da análise elaborada com base nos métodos indicados — sem negligenciar, nem sequer marginalizar o conhecimento empírico sobre aquela realidade, nem muito menos as constatações ou informações de carácter qualitativo que etnógrafos credenciados nos fornecem — que se põe à disposição dos leitores.

Antes, porém, é de referir que as estatísticas utilizadas no presente trabalho reflectem bem, por um lado, o desinteresse que as autoridades coloniais sempre manifestaram pelo conhecimento do «sistema tradicional», verificável também, aliás, no reduzido número de variáveis e características observadas pelos inquéritos realizados pela Missão de Inquéritos de Angola. Por outro lado, o trabalho de recolha estatística centrava-se na obtenção dos elementos necessários ao desenvolvimento económico do núcleo colonial-capitalista dominante não constituindo sua preocupação o conhecimento das sociedades periféricas integradas no que se tem designado por «sistema tradicional». A despeito desta limitação foi possível obter das *Estatísticas Agrícolas* um conjunto de indicadores fundamentais para as conclusões avançadas. Note-se, contudo, que se evitou sempre retirar das estatísticas mais do que aquilo que elas poderiam efectivamente fornecer.

Aliás, este trabalho tem, como principal pretensão, constituir um esboço ou ensaio da abordagem da formação económica e social angolana.

2. CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE LINGUÍSTICO-CULTURAL DO «SISTEMA TRADICIONAL»

Antes da dominação colonial portuguesa as tribos que integram a actual sociedade tradicional angolana achavam-se organizadas em reinos autónomos ou vassallos (USOMA)⁽²⁾ divididos em províncias (MIKUNDA) e estas em «sanzalas» ou EUMBOS. A cada entidade politicamente organizada e independente correspondia uma tribo como vasto agrupamento de famílias ou gens, étnica e linguisticamente determinadas e fixadas a um território delimitado. O poder político era exercido e encimado por um soberano (MANI ou MUENE) hereditária e matrilinearmente designado, bem como pelos seus agentes (sobas) e outros órgãos colegiais, por exemplo, o Conselho dos MAKOTA (dos anciãos).

A terra, como território da tribo, era por esta defendida *manu militari* das incursões de tribos estrangeiras ou invasoras. Esta fixação a um território era a par da identidade étnico-linguística, o elemento básico natural da unidade da tribo ligando os seus componentes como um todo colectivo à terra por si ocupada: processava-se, assim, uma relação colectiva, primária e basilar, entre a tribo, como um todo, e a terra, oponível às demais tribos e representativamente encimada pelo soberano (MANI).

Sem querer ir mais além nos detalhes da organização pré-colonial⁽³⁾, importa é realçar que é esta relação colectiva fundamental que em jeito de resquício na essência resistentemente permanece na época colonial, dominando o complexo sistema económico tradicional, a despeito da introdução do sistema capitalista.

Assim, na época colonial e obviamente no período a que nos reportamos, a relação de produção fundamental e dominante comum às tribos maioritárias sedentárias (agrárias do Norte e Centro e agro-pastoris do Centro-Sul e Sudoeste)

(²) As palavras assim utilizadas correspondem a diferentes expressões linguísticas nacionais.

(³) Que poderia conduzir à constatação de afloramentos de propriedade pré-feudal e de relações de produção escravagista, relações estas a que não dedicaremos atenção visto desaparecidas no período da época colonial a que se refere este artigo.

a despeito das inevitáveis diversidades específicas tribais, é uma relação de propriedade colectiva da terra, que se processa não individualmente mas colectivamente: tribo-terra. Dir-se-ia um modo de produção predominantemente comunitário.

Em todo o caso, a despeito de ser a relação de produção dominante, a formação económico-social tradicional angolana, complexa por natureza, não deixa de apresentar afloramentos de outros tipos de relações de produção, como adiante versaremos, pelo que longe de os «sistemas tradicionais» tribais se apresentarem exclusiva e linearmente como modos de produção comunitários, esta qualificação deve ser entendida em termos bem mais cautelosos.

A propriedade colectiva da terra, como instituição basilar do sistema, tem como consequência que os vários sujeitos económicos ou agentes produtores (o indivíduo e a família como unidade de produção) — em suma o camponês angolano — não estabelecem, em regra, uma relação de apropriação privada da terra, nem mesmo a família como ente colectivo, mais sim e apenas lhes são facultadas outras formas de disposição ou utilização da terra para a satisfação das suas necessidades, fundamentalmente a posse (EFUKU) e o usufruto (OKUMOLA).

Sendo a propriedade fundiária em regra uma propriedade colectiva da tribo, não quer dizer que no sistema toda a propriedade de meios de produção seja também colectiva.

Com efeito, mesmo quanto aos instrumentos de produção e reflexamento quanto a outros bens, as formas de propriedade divergem em razão, fundamentalmente, da natureza imobiliária ou mobiliária dos bens objecto de produção.

Assim, os currais do gado, os celeiros e a casa de habitação, bens imóveis por natureza, considerados produto do trabalho da família, são tidos como propriedade privada, em regra familiar, encimada ou representada pelo chefe da família (EKUNZI). Esta autonomia privilegiada do chefe da família, em paralelo com a do MANI na época pré-colonial, como factor de ordem superestrutural, parece estar, entre outras causas, na origem da formação de fenómenos de privatização individual ou de tipo pré-feudal da propriedade, mesmo quanto a bens imóveis (recorde-se que na época pré-colonial o MANI do Congo era considerado o proprietário das minas e da ilha de Luanda, repositório de conchas com função monetária, designadas NZIMBO).

As formas privadas individuais de propriedade registam-se já mais claramente quanto a bens móveis e inclusive

instrumentos de produção desta natureza: os instrumentos de trabalho — como o machado, a enxada, as redes de pesca, as azagaias e outras armas de caça, os instrumentos de escultura em madeira —, os objectos de uso pessoal — adornos, peças de vestuário e panelas —, o produto do trabalho individual resultante do exercício de mesteres ou ofícios tradicionais (UFUNU) — como o de ferreiro, de tecelão de esteiras e cestos, de oleiro e de escultor — e, ainda, o produto da colheita agrícola anual e o gado. Embora estes dois últimos bens possam, variando de tribo para tribo, apresentar-se como propriedade familiar.

Atente-se ainda, na posse e usufruto da terra. Assim, como reflexo estrutural da propriedade tribal da terra, a cada indivíduo ou família apenas resta, como dissemos, a possibilidade de a utilizar, trabalhando-a, cultivando-a ou transformando-a, ou colhendo dela directamente os seus frutos espontâneos, sendo-lhes em princípio vedado apropriarem-se duma determinada porção em termos de dela excluïrem definitivamente outros indivíduos da colectividade, ou de nessa medida a poderem alienar a terceiros.

No período colonial, a figura típica e dominante do camponês é a do possuidor ou usufrutuário privado, individual ou familiar, da terra — e não a do proprietário fundiário — que como tal trabalha directamente a terra meramente possuída para a sua subsistência e a da família, não explorando em princípio a força do trabalho de outrem, havendo, no entanto, a registar excepções a esta regra (cf. *Inquéritos às explorações agrícolas* da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola/M. L. A. A.).

Abstraindo dos actos de distribuição da terra por parte do MANI, a sua posse ou usufruto, adquire-se pelo simples exercício de actos de utilização, subsequentes a uma primeira ocupação, como a desmata, o desbravar para a cultivar ou para construir uma habitação. A utilização da terra pelo trabalho é, em suma, o marco que empresta notoriedade pública à posse, caucionando-a e tutelando-a socialmente. Inversamente, a posse e o usufruto fundiários extinguem-se pelo simples abandono, ou cessação notória e prolongada da utilização, circunstância esta que possibilita que outros elementos da tribo se apossessem do terreno abandonado.

Por outro lado, a prática agrícola tradicional da transumância gera um fenómeno característico do cultivo da terra: anual ou sazonalmente se assiste a constituições e extinções sucessivas e itinerantes de posses e usufrutos por parte dos camponeses angolanos, em razão de terras cultivadas ou pastoreadas durante uma estação agrícola determinada e conse-

quente mudança para outras terras até aí em regime de «descanso».

A posse e usufruto da terra, indissociáveis na prática, exercidos pela forma exposta, não diferem grandemente do usufruto de outros bens inerentes à terra, como, por exemplo, o dos frutos espontâneos (frutos silvestres, corte das árvores para construção, o óleo das palmeiras não plantadas, o corte de colmo para as casas de habitação, a apreensão do peixe e da caça) de *usufruto comunitário, colectivo ou de recolecção*, consoante a perspectiva de qualificação em que nos situemos. Com efeito, diferentemente do usufruto fundiário (em regra privado, individual ou familiar, excluïdo outras pessoas do seu gozo), em que se processa uma ocupação duradoura de uma porção de terreno com incorporação de trabalho, quanto aos frutos espontâneos da terra, já se não dá nem a incorporação da força de trabalho, nem ocupação privada, bastando o simples acto de recolecção que se esgota nele mesmo, por um sujeito, ao mesmo tempo que conjunta ou colectivamente outros sujeitos não estão excluïdos desse gozo.

Dir-se-ia que *estes usufrutos de recolecção* mais nítida e insofismavelmente que os usufrutos fundiários, constituem o exemplo mais representativo das puras e primitivas *relações de produção comunitárias*.

Resta agora mais uma palavra quanto ao usufruto da terra para pastagens cuja estrutura complexa e diversificada das relações inerentes, encontra maior desenvolvimento entre as populações agro-pastoris do Centro e Sul.

Assim, no sector da actividade pastoril, encontramos fundamentalmente três tipos de relações:

- a) O do *usufruto pastoril comunitário*, muito próximo quanto à sua estrutura e regime do aludido usufruto de recolecção mas de aplicação um tanto residual, apresentando restrições quanto a uma maior ou menor generalidade de pessoas admitidas ao pasto dum terreno determinado, gerando assim, autonomamente, uma relação peculiar a que denominamos de usufruto conjunto ou compáscuo;
- b) O do *usufruto pastoril privado e itinerante*, seguindo o modelo da posse ou do usufruto fundiários privados (individual ou familiar) e itinerantes;
- c) E o do *domínio pastoril senhorial* (OLULYO), ou *senhorio pastoril*, tendencialmente praticado pelos grandes proprietários de gado (estes na sua maioria concentrados entre os sobas ou seus sucessores ou

afins), os quais, em razão da concentração e acumulação de bens e da escassez progressiva de terrenos reservados aos «vizinhos de regedoria»⁽⁴⁾, sentiam a necessidade de, a coberto dos seus privilégios sociais tradicionais, *reservar para si* e por seu turno, os melhores dos piores e residuais pastos, excluindo os pequenos proprietários tradicionais de gado do uso dos mesmos, fortalecendo assim os *vínculos privados, em regra precários*, em relação à terra (fenómeno que, como aludimos, encontrava já antecedentes nos afloramentos de tendências similares ou pré-feudais da época pré-colonial).

São estes grandes proprietários ou senhores tradicionais que tinham já a possibilidade de estabelecer relações de exploração do trabalho de outrem pela contratação por jorna (MURIMI) de serviços a prestar por quem a tal se sujeitasse por razões de sobrevivência. Esta figura típica tradicional indicia efectivamente a existência, como o dissemos, de relações de exploração ou de venda de força de trabalho no «sistema tradicional» quer advindos já da época pré-colonial quer registados e desenvolvidos na época colonial, pela interacção de factores endógenos e exógenos nomeadamente, quanto a estes últimos, os resultados da influência do sistema capitalista colonial.

No sector da actividade artesanal, era já bem desenvolvida a especialização de mesteres ou ofícios, os quais proporcionando aos artesãos uma apropriação privada quer dos instrumentos de trabalho quer do produto concediam aos mesmos um relevante estatuto social, ao assumirem a condição de proprietários individuais, trabalhadores-produtores por conta própria, transformadores de matérias-primas e detentores dos segredos da tecnologia tradicional, não aberta a todos os concidadãos.

Relece-se que tais ofícios advindos já da época pré-colonial (outro afloramento de relações pré-feudais), conheceram um relativo incremento durante a época colonial ao encontrar um mercado ampliado pelo intruso sistema, alimentado pelos comerciantes do mato⁽⁵⁾ (relativamente a

(4) Em 1961, logo após o eclodir da guerra de libertação e no afã de escamoteadamente proceder a uma adaptação do quadro legal à nova conjuntura internacional, surge a revogação do Estatuto dos Indígenas e, pelo Decreto-Lei n.º 43 896, é substituído o discriminatório conceito de Indígena por um obscuro e não menos suspeito conceito de «vizinho de regedoria».

(5) Que os tornavam a vender às populações tradicionais consumidoras, com a exploração do lucro característico do intermediário.

produtos tais como esteiras, cestos de vime, etc.) e aos comerciantes urbanos e «caçadores» de peças de escultura ou de arte africana tradicional.

3. CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE QUANTITATIVA DO SECTOR TRADICIONAL

3.1 A propriedade da terra

O estudo da propriedade da terra assume, no contexto das transformações sofridas pelo sistema tradicional angolano, uma importância particular, haja em vista, em primeiro lugar, que a terra constitui o principal meio de produção do «sector agrícola tradicional» e, em segundo lugar, que o aparecimento da propriedade privada marca historicamente o surgimento de um novo tipo de relações de produção e a passagem a um modo de produção económica e socialmente distinto e mais avançado do que aquele que lhe deu origem. Isto é, as alterações observáveis na modificação da natureza da propriedade indiciam um movimento dialéctico de mudança.

A natureza desta revista e a limitação de espaço que normalmente envolve cada artigo, impedem de levar esta análise mais fundo. Com efeito, o estudo desta questão numa perspectiva de região etno-cultural tornaria mais visível o movimento diferenciado e contraditório da formação social tradicional angolana.

A análise da evolução da propriedade baseou-se na construção de determinados indicadores a partir de certas variáveis e características observadas nos *Inquéritos Agrícolas de 1969-70, 1970-71 e 1971-72*⁽⁶⁾. A situação do «empresário agrícola tradicional» face ao tempo de trabalho dedicado à exploração e o parcelamento da propriedade foram as variáveis de partida e na base das quais se tentou o cálculo do índice de concentração da propriedade e a quantificação da repartição da propriedade por classes de proprietários. Para o primeiro caso, admitimos como premissas de partida a dimensão média de 1,41 ha por parcela, a assimilação da exploração agrícola ao «empresário» tradicional, tal como o faz a M. I. A. A., e a crença de que quanto maior o número

(6) Relativamente a este último ano os dados que conseguimos obter não cobrem a totalidade das variáveis observadas. A não existência em Portugal, a nível das bibliotecas e centros de documentação, das *Estatísticas Agrícolas* da M. I. A. A. para 1971-72, justifica a anomalia referida.

de parcelas por exploração maior será a sua extensão. O facto de a Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, ela própria, partir do princípio que é indiferente falar em exploração agrícola ou empresário agrícola, é para nós um indicador, senão da privatização da propriedade da terra, pelo menos da privatização da exploração agrícola. Os resultados alcançados são os seguintes:

- 235 858 empresários com explorações de uma parcela detinham 332 847 ha;
- 563 497 agricultores com explorações de 2-3 parcelas detinham 1 589 062 ha;
- 213 446 agricultores com explorações de 4-5 parcelas detinham 1 504 794 ha;
- 52 294 agricultores com explorações de 6-9 parcelas detinham 663 611 ha;
- 2 134 agricultores com explorações de mais de 10 parcelas detinham 30 089 ha.

Com base nestes valores podemos dizer que 75 % dos agricultores (com explorações que não iam além das 3 parcelas) detinham apenas 46 % das terras (em hectares), possuindo os restantes 25 % de agricultores (com explorações de 4 e mais parcelas) 54 % da totalidade das terras. Estas percentagens apontam para uma relativamente forte assimetria na distribuição das terras adentro do «sistema tradicional», provavelmente indiciadora da existência duma estrutura de classes. Reconhecemos, todavia, que a repartição quantificada possa estar influenciada pelo facto de se ter tomado o factor constante de 1,41 ha/parcela, o que evidentemente não é realista. No entanto, a tendência que sobressai dos resultados não se afasta, grandemente, das conclusões permitidas pelo método linguístico, nem das informações qualitativas que se podem retirar das obras dos principais etnógrafos que estudaram a realidade angolana.

Relativamente à quantificação da repartição da propriedade por classes de proprietários, tendo em atenção algumas das hipóteses admitidas para o caso anterior, apurou-se a seguinte estrutura:

1. Grandes proprietários ((6 a 9 e > 10 parcelas/exploração)	54 428	agricult.
2. Médios proprietários (4 a 5 parcelas/exploração)	213 446	»
3. Pequenos agricultores e camponeses (1 e 2 a 3 parcelas/exploração) ...	799 356	»

Se a interpretação da classe três (pequenos agricultores e camponeses) deve ser feita no seu sentido restrito, o mesmo não se pode afirmar no concernente às duas anteriores. De facto, é necessário destringer claramente entre a propriedade privada individual e colectiva. Estamos em crer que a classe três simboliza a propriedade privada individual, enquanto que as duas primeiras terão certamente vectores de propriedade privada familiar, clânica ou tribal, cuja incidência e extensão se torna difícil determinar e delimitar, pelo menos com as informações disponíveis. Pena também não se dispor de elementos capazes de informarem sobre a evolução temporal daquela estrutura.

Não se faz menção à propriedade comunal, porque, no período em análise, as influências do modo de produção capitalista estão em fase de consolidação, a tal ponto que a dinâmica do «sistema tradicional» não podia deixar de reflectir tal circunstância. Além de que, as próprias estatísticas da M. I. A. A. referem que na superfície total das explorações consideradas não está incluída a das pastagens que é sempre de usufruição comunal. Perante esta afirmação fica-nos a certeza de que os dados com que trabalhamos se referem, pelo menos, à privatização da exploração agrícola tradicional. Restaria apurar o tipo da privatização: se individual, se familiar. Nas condições vigentes em 1969-73, acreditamos que grande parte das explorações fossem de privatização familiar, se bem que se descortinassem já fortes indícios de privatização individual.

Pelos valores do Quadro N.º 1, nota-se um aumento médio de 19 % no número dos agricultores que vivem exclusivamente na e da própria exploração, contra uma diminuição e um aumento de 13 % e de 26 %, respectivamente, no número dos agricultores principalmente na própria exploração e dos acessoriamente. Se estas variações forem relacionadas com a estrutura do emparcelamento da propriedade, que se manteve a mesma em 1970-71, apercebemo-nos da pressão a que os agricultores e camponeses angolanos estavam sujeitos pelo sistema colonial-capitalista. Aliás, o aumento na utilização de energia humana de terceiros pode significar a prática de relações de exploração de tipo feudal ou capitalista no quadro do «sistema tradicional» — falta apenas apurar a forma sob a qual essa energia era oferecida de modo a caracterizar aquela relação na sua especificidade. Aliás, o conhecimento da realidade angolana permite avançar a existência de afloramentos, no interior do «sistema tradicional», de explorações do tipo capitalista. Contudo, a

Situação do agricultor e parcelamento da propriedade

[QUADRO N.º 1]

	1969-70	1970-71	1971-72
Situação do agricultor			
1) Exclusivamente na própria exploração	59,2 % 100	63,9 % 108	62,8 % 119
2) Principalmente na própria exploração	24,9 % 100	13,6 % 55	19,4 % 87
3) Acessoriamente na própria exploração	15,9 % 100	22,5 % 142	17,8 % 126
Parcelamento da propriedade			
Explorações com			
1 parcela	235 858 22,1 %		
2-3 parcelas	563 497 52,8 %	Man- têm-se	Não possuímos elementos
4-5 »	213 446 20,0 %		
6-9 »	52 294 4,9 %		
> 10 »	2 134 0,2 %		

Fonte: Elaborado com base nos *Inquéritos às Explorações Agrícolas* da M. I. A. A.

não existência de indicadores seguros sobre a privatização da propriedade da terra inibe esta abordagem.

A exiguidade crescente de terras e, principalmente, de terras férteis, é outro dos factores exógenos por nós isolados como responsáveis da transformação operada a nível do fenómeno da privatização. Como já mais atrás se salientou, a propriedade colectiva da terra, na época pré-colonial, não evitava e não se apresentava contraditória com a privatização, de tipo familiar, da sua posse e do seu usufruto. A cada vez maior redução do espaço vital, a par da prática das culturas perenes (a superfície dedicada a este tipo de culturas foi sucessivamente aumentado), do contacto, de perto, com o sistema capitalista e da política colonial dos últimos anos, permite a passagem da fase de privatização da posse para a da privatização da exploração agrícola. Estamos algo convencidos de que a etapa seguinte seria a

da privatização da propriedade (da terra), fomentada, até, pela autoridade colonial, com o intuito da criação e consolidação duma pequena burguesia rural que interiorizasse os valores do sistema colonial e capitalista, desiderato essencial ao desferimento de golpes profundos no movimento libertador.

Contudo, as conclusões, mais ou menos definitivas, a tirar sobre a privatização do meio de produção mais importante do sistema tradicional angolano têm de ser entendidas com cautela e precaução e no seu sentido restrito. De facto, não se trata de uma propriedade privada no sentido jurídico do capitalismo (o que serviu amiude para justificar a ocupação de terras pelos colonos, com o «patrocínio», aliás, da autoridade colonial). Mas tem o seu significado adentro do próprio sistema jurídico «tradicional» e é neste sentido que ela é tomada pela M. I. A. A., pelo menos em relação ao direito de usufruto.

Os resultados alcançados comprovam que se não se está perante «classes» organizadas na base da propriedade da terra (o peso dos hábitos e instituições ancestrais é forte, levando a considerar a terra como propriedade da tribo), pelo menos estaremos perante «grupos sociais» organizados na base da *privatização da exploração e da posse e do usufruto* desse meio de produção fundamental do «sistema tradicional». No entanto, é de pensar que o domínio exercido pelo modo de produção capitalista tenha produzido várias alterações sobre o «sistema tradicional», nomeadamente quanto à propriedade das terras. Com efeito, o confinamento territorial cada vez mais restrito a que eram obrigados os agricultores e camponeses angolanos deve ter provocado o nascimento da necessidade de propriedade da terra — já no sentido jurídico do capitalismo — uma vez que a privatização da exploração paralelamente à sua posse e usufruição não eram suficientes para o reconhecimento do seu direito à terra (veja-se, como exemplo, a aflitiva e dramática situação gerada aos criadores «tradicionalistas» das regiões de Huila e Kunene provocada pela ocupação dos pastos férteis e acessos ao rio Kunene, indispensável para o abeberamento do gado, por grandes empresas capitalistas. Tal situação, que iria certamente agravar-se com a implementação do último grande projecto de «povoamento branco» — o Plano do Cunene — justificada, na óptica colonial, pela ausência de registo da propriedade dos criadores angolanos, forçou a criação de uma situação de vontade de passagem a formas de propriedade privada como único meio de defesa dos seus legítimos interesses).

Em algumas zonas etno-culturais, o contacto dos dois sistemas em presença parece igualmente ter influenciado um movimento em direcção à propriedade privada da terra, no sentido jurídico do capitalismo, sendo, contudo, difícil o cálculo da sua expressão.

Mas a relação entre as variações constatadas na situação do agricultor e a manutenção da estrutura do emparcelamento aponta seguramente para a proletarização sistemática e crescente das massas camponesas, sintoma flagrantemente comprovado pelo aumento do operariado agrícola e industrial e pelo aumento da taxa de urbanização (tido já em devida conta o aumento da população europeia, quer pela via do saldo fisiológico, quer pela via da imigração).

Conclusões mais definitivas sobre o fenómeno da privatização pressuporiam:

- que os indicadores calculados fossem completados por informações sobre registos de propriedades por parte dos agricultores angolanos;
- que fosse possível calcular a evolução da superfície média por exploração relativamente aos exclusivamente, principalmente e acessoriamente na própria exploração;
- que fosse possível estabelecer uma correlação entre o emparcelamento da propriedade e a utilização de energia humana de terceiros;
- que mesmo em relação aos indicadores aqui apresentados se descesse ao pormenor, isto é, que se transportasse a análise até às principais zonas etno-culturais;
- que se tivesse acesso aos apuramentos dos inquéritos agrícolas, de modo a colher informação de determinado tipo, que não foi publicada nas *Estatísticas Agrícolas* da M. I. A. A.

Embora não dispondo de elementos sobre a proletarização no quadro do próprio «sistema tradicional», é possível afirmar a existência significativa do recurso à força de trabalho alheio, com contrapartida no pagamento de um salário, por parte do agricultor «tradicional» (cf. *Inquérito às explorações agrícolas* da M. I. A. A.).

Por isso, apenas se analisa o fenómeno da proletarização em relação ao sistema capitalista. Tema, aliás, indiscutível e pacífico, já que a economia capitalista de mercado recorria à contratação de força de trabalho barata exactamente no

seio dos angolanos que viviam, na sua quase totalidade, no e do sector agrícola. O conjunto de indicadores que se apresenta, comprovam, objectivamente, o fenómeno em análise.

Indicadores de proletarização

[QUADRO N.º 2]

Indicadores	1969-70	1970-71	1971-72
Evolução do número de trabalhadores não qualificados (a)	160 430 (100)	164 971 (103)	172 755 (108)
Indústria extractiva ...	59 811 (100)	60 069	61 786 (103)
Indúst. transformadora	58 506 (100)	59 958 (106)	65 657 (116)
Construção	44 113 (100)	44 944	45 312 (103)
Evolução do número de assalariados agrícolas	246 000 (100)	260 000 (106)	265 000 (108)
Taxa de crescimento industrial (b)	5 690 757 (100)	8 115 273 (143)	(c)
(Evol. do PIB industrial)			
Taxa de industrialização ...	18 %	21 %	(c)
Total do proletariado angolano	406 430 (100)	424 971 (105)	437 755 (108)
Taxa de urbanização (d) ...	8,2 %	14,9 %	—

(a) Sem a Pesca e os Transportes; (b) Transformadoras+Extractivas+Construção; (c) Não possuímos elementos; (d) Valores para 1960 e 1970.

Verifica-se, deste modo, que um aumento dos acessoriamente e uma diminuição dos principalmente na própria exploração anteriormente detectados (Quadro N.º 1), tiveram como contrapartida um acréscimo médio de 8 % no total do proletariado angolano ao serviço do sector capitalista e a passagem da taxa de urbanização de 8,2 % para 14,9 %. Por outro lado, constata-se também a extraordinária evolução qualitativa das forças produtivas do sistema capitalista, patenteada pela correlação entre a taxa de crescimento do operariado industrial (3 % de 1970 para 1971 e 10 % de 1970 para 1972) e as taxas de crescimento industrial e de industrialização de 1970 para 1971, respectivamente de 43 % e de 17 %.

3.2 As forças produtivas

A análise das forças produtivas do «sistema tradicional» partiu dum conjunto de indicadores que parecem melhor

caracterizar a sua situação. Alguns não darão uma medida directa, como, por exemplo, o peso do autoconsumo agrícola no Produto Interno Bruto do sector agrícola, pois entendemos que uma diminuição relativa do autoconsumo seria, primeiramente, um sintoma de monetarização, o que, por sua vez poderia indiciar a existência de forças produtivas mais avançadas, o que implicava, por seu lado, sintomas de privatização. Pelo contrário, outros estão directamente relacionados com o seu estágio de desenvolvimento, como as produtividades e a utilização de energia humana de terceiros.

Começemos pela análise do autoconsumo agrícola.

Peso do autoconsumo agrícola tradicional no PIB agrícola
(preços de mercado e correntes)
(contos)

[QUADRO N.º 3]

	Autoconsumo agrícola tradic. (1)	PIB agrícola (2)	PIB agrícola (3)	(1)/(2) (%)	(1)/(3) (%)	(3)/(2) (%)
1969	1 073 633	4 166 115	2 035 220	0,26	0,53	0,49
1970	1 282 854	4 437 477	2 238 556	0,29	0,57	0,50

Fonte: M. I. A. A. e Contabilidade Económica de Angola.

O peso crescente do autoconsumo agrícola tradicional no PIB monetário (0,53 e 0,57) significa um acréscimo relativo da parte da economia de subsistência, não monetarizada. Este facto pode ter várias interpretações simultâneas:

- melhoria da dieta tradicional do agricultor e camponês angolanos mediante a introdução no seu consumo de outros produtos (trigo, arroz);
- aparente negação da tendência de privatização da terra, já que o aumento da economia de subsistência contraria a natural vocação de mercado que a propriedade privada dos meios de produção pressupõe⁽⁷⁾;

(7) Na realidade, a afirmação produzida não é tão líquida como à primeira vista se pretende dar a entender. Por exemplo, no regime feudal a propriedade privada da terra não impedia que o autoconsumo de produtos agrícolas assumisse valores importantes. Contrariamente, numa sociedade em que a propriedade da terra seja social (estatal, cooperativa ou comunitária) o autoconsumo pode assumir valores relativos baixos. Assim, parece que a importância dos valores e tendências detectadas tem de ser interpretada com cautela, não parecendo à primeira vista suficiente para rejeitar um fenómeno de privatização.

- peso algo importante no aprovisionamento em sementes. O valor percentual da tonagem de autoconsumo destinado à constituição de *stocks* de sementes para a sementeira próxima varia naturalmente de cultura para cultura não sendo, no entanto, descabido admitir que rondará os 5 %;
- a valorização do autoconsumo a preços de mercado pode ter efeitos sobre o seu cômputo global, exagerando-o um pouco. Na impossibilidade de o valorizar segundo o seu valor de uso e tendo em conta que a comparação monetária entre o autoconsumo e o PIB determina a sua redução à mesma unidade de conta de base, parece-nos não haver alternativa a este procedimento pelo que não deve ser tomado como causa do aumento relativo do peso do autoconsumo no PIB monetário;
- aumento dos exclusivamente na própria exploração;
- falhanço da política colonial de monetarização da economia de subsistência.

A evolução das quantidades físicas do autoconsumo, conforme os elementos a seguir apresentados, conduz, no entanto, a um outro tipo de conclusões.

[QUADRO N.º 4]

	1969-70	1970-71	1971-72
Autoconsumo (ton)	1 369 069	1 403 637	1 287 623
Evolução	100	103	94
Peso na produção (%)	66	65	66

Quando se opera a nível de quantidades físicas a situação apresenta-se mais com o carácter de estável do que apontando qualquer tendência das admitidas atrás. Assim, podemos afirmar que a economia tradicional angolana apresentava características de estabilização ao nível da subsistência, tendo-se mantido praticamente constante a parte da produção destinada a ser comercializada no mercado (o excedente económico para troca apresentou os valores percentuais seguintes: 34 %, 35 % e 34 %). Todavia, o excedente destinado a venda variou de acordo com a natureza do produto, sendo o seu montante mais elevado para os produtos eminentemente de troca mercantil (mais ou menos impostos pela autoridade colonial), tais como o trigo, o café, o algodão, o arroz e o feijão.

Deste modo, a análise anteriormente esboçada, diz-nos que:

- 1.º — A comparação entre o autoconsumo agrícola e o PIB (total ou apenas o dos fluxos monetários) não permite interpretações relativas à privatização da terra;
- 2.º — A evolução do excedente económico para troca fundamenta-nos conclusões seguras sobre o fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas (a ser mais amplamente confirmado pelo estudo das produtividades) e quanto à marginalização da economia agrícola tradicional, fonte de mais-valia (pura ou já transformada em mercadoria). Pode parecer paradoxal a afirmação segundo a qual, pela via da diferença de preços de mercado, era transferida do sector económico tradicional para o sector capitalista (subsector do comércio) importantes somas

Transferências monetárias do «sector tradicional» para o sector capitalista (diferenças de preço de mercado)

[QUADRO N.º 5]

Culturas	Quantidades transaccionadas (ton)		Diferenças de preço/(ton) (a)		Valor transferido (contos)	
	1970-71	1971-72	1970-71	1971-72	1970-71	1971-72
Trigo	8 385	8 611	90\$	20\$	755	172
Arroz	24 244	21 242	540\$	690\$	13 092	14 657
Feijão	35 538	30 402	700\$	560\$	24 877	17 025
Batata	38 828	42 917	100\$	400\$	3 883	17 167
Algodão	19 993	10 835	800\$	300\$	15 994	3 251
Café	49 552	63 139	15 140\$	4 680\$	750 217	295 490
Milho	260 964	179 444	130\$	260\$	33 925	46 655
Mandioca (b) ...	295 273	205 928	—	—	—	—
Amendoim	13 336	12 972	1 500\$	1 500\$	20 004	19 458
Massango (b) ...	2 068	1 692	—	—	—	—
Massambala (b)	2 533	2 988	—	—	—	—
Total restrito					862 747	413 875 (c)

(a) A diferença de preços foi obtida pela comparação entre os preços médios a que foram transaccionados os produtos oriundos do sector capitalista e do sector tradicional, que eram sempre a favor do primeiro.

(b) Relativamente a estes produtos, eles não são produzidos pelo sector capitalista. No entanto, há um pequeno excedente da produção tradicional que é exportado. Infelizmente, não foi possível obter atempadamente os preços médios de exportação — que neste caso seria a base de comparação — de modo a ser calculado o diferencial.

(c) Esta quebra resulta fundamentalmente do decréscimo verificado nas cotações do café.

monetárias, atenção tida para o relativamente baixo quantitativo do excedente económico transaccional. (O Quadro N.º 5 indica, em cálculos aproximativos, a quanto montou esse valor).

Os valores constantes do Quadro N.º 5 não obstante serem, por si, bastante significativos, seriam mais expressivos da «contribuição» do sector agrícola «tradicional» ao sector capitalista comercial se as comparações fossem efectuadas com os preços médios de exportação.

Interessa agora proceder à análise da evolução das produtividades. O seu cálculo em relação a cada zona etno-cultural seria revelador de clivagens significativas relativamente ao estágio de desenvolvimento das forças de produção, contudo, neste artigo, far-se-á apenas uma abordagem global.

Evolução das produtividades

[QUADRO N.º 6]

	1969-70	1970-71	1971-72
Produção média por exploração	1 930\$00	2 376\$59	2 127\$73
» » » empresário	1 931,32kg	2 019,12 kg	1 625,2 kg
Produção média por ha (ton/ha)	0,49	0,51	0,41
Prod. média por parcela (kg/parcela)	695,94	727,58	—
PIB _{AST} (contos)	1 646 362	2 029 094	2 040 466
	100	123	124
Trabalhadores agrícolas (a)	2 134 460	2 134 460	2 397 468
Produtividade líquida operária (b) ...	771\$32	950\$64	851\$09
(contos por trabalhador)	100	123	110

(a) Pelo menos dois trabalhadores por exploração foi a base de cálculo para a determinação do número de trabalhadores agrícolas.

(b) Influenciada negativamente pelo subemprego dos principalmente e acessorariamente.

Nota: Alguns dos valores constantes do quadro foram calculados na base das relações seguintes:

$$PIB_{AST} = 0,8 VBP$$

$$PIB_{ASE} = 0,54 VBP$$

$$PIB_A = 0,95 PIB_{A+S}$$

$$PIB_A = 0,95 PIB_{A+S}$$

PIB — Produto Interno Bruto
VBP — Valor Bruto de Produção
AST — Agrícola Sector Tradicional

A — Agricultura
S — Silvicultura
ASE — Agrícola Sector Empresarial

A interpretação do Quadro N.º 6 permite concluir:

- a) Valores extremamente baixos para qualquer um dos indicadores de produtividade.

b) Evoluções negativas, salvo para o valor médio da produção por exploração (afectado por melhorias registadas nos preços) e para a produtividade líquida operária (afectada pelo valor constante admitido para o número de trabalhadores).

c) Em suma, *fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas* devido a:

- fraca utilização de meios modernos de produção (tractores, charruas, etc);
- fraca utilização de correctivos e adubos;

O esquema de reprodução simples característico de economias de subsistência aliado à política de crédito ao sector agrícola tradicional são razões mais do que suficientes para a explicação do fenómeno.

d) A análise detalhada ao nível das zonas etno-culturais revelaria, sem dúvida, diferenças significativas de produtividade, já que no Andulo, no Uíge e em Malange se experimentaram alterações radicais quanto ao tipo de energia utilizada.

É exactamente este último aspecto, ou seja, o aparecimento de novas formas de energia utilizadas pelo «sistema tradicional» que aponta para a necessidade de se evitarem afirmações precipitadas. De facto, como no Quadro seguinte se revela, estamos no limiar duma nova etapa de evolução do «sistema tradicional», apresentando uma tendência para a diversificação e melhoria das formas de energia utilizadas.

Evolução do tipo de energia consumida
(N.º de explorações que os utilizaram)

[QUADRO N.º 7]

	1969-70	1970-71	1971-72
Energia humana de terceiros	70,9 % 756 666 (100)	63,6 % 678 758 (90)	54,5 % 653 310 (86)
Energia animal	29,1 % 310 564 (100)	32,5 % 346 850 (112)	14,1 % 169 021 (54)
Outro tipo de energia (a)	—	3,9 % 41 622	31,4 % 376 402

(a) Eventualmente formas de energia mecânica, mesmo as arcaicas. As *Estatísticas Agrícolas* da M. I. A. A. são omissas.

Face aos valores do Quadro N.º 7, avançam-se as conclusões expressas nas alíneas seguintes:

a) Tendência nitidamente favorável no concernente à substituição da energia utilizada, decorrente de programas de acção intensivos de fomento do sector agrícola «tradicional» desenvolvidos pela autoridade colonial em algumas regiões (fundamentalmente na zona da Extensão Rural e nos blocos mecanizados do algodão).

b) As evoluções favoráveis constatadas a nível de alguns dos indicadores de produtividade — mesmo com as ressalvas feitas — não são, de certo, indiferentes os progressos registados no concernente aos tipos de energia utilizados nas explorações agrícolas.

4. CONCLUSÕES

Não queremos terminar o presente artigo sem sublinhar, uma vez mais, determinados aspectos que ao longo do texto, um pouco dispersamente, foram assinalados, pois, como bem se compreende, estamos perante um tema de estudo muito sensível e eventualmente polémico.

Um primeiro ponto a relevar relaciona-se com o carácter provisório das conclusões avançadas. Como nos locais oportunos foi assinalado, se a análise descesse ao nível das zonas etno-culturais poderíamos obter informações de outra natureza, seguramente mais ricas, que confirmassem ou infirmassem as afirmações que o estudo global permitiu sustentar. Se bem que tentássemos colmatar as carências de dados estatísticos de base com que trabalhámos e que como se viu eram inúmeras, com conhecimentos empíricos e informações de natureza qualitativa fornecida por etnógrafos conhecedores da realidade angolana, a sensação que nos fica é que, mesmo assim, as hipóteses propostas assentam em fundamentos nem sempre suficientes para basear conclusões definitivas. Todavia, acreditamos que não devemos estar longe da realidade daquele país, já que a metodologia utilizada nos garante, no mínimo, a justeza das afirmações oportunamente produzidas.

Um segundo aspecto relaciona-se com a própria síntese do trabalho, a qual parece apontar para:

- o fim do mito da propriedade comunitária e colectiva em Angola, sustentado, como se sabe, durante bastantes anos.

Um terceiro aspecto, sobre o qual não queremos deixar de chamar a atenção, refere-se à forma cautelosa como devem ser entendidas as afirmações avançadas no texto sobre a «tendência para a privatização da exploração agrícola tradicional» e sobre a «tendência para a privatização dos meios de produção». Uma vez mais se salienta que só uma análise parcelar e restrita a cada zona etno-cultural, bem como a necessária visão temporal dos fenómenos em causa permitiriam sustentar conclusões mais definitivas.